



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS  
ESCOLAS BRASILEIRAS E O EXEMPLO DO  
MUNICÍPIO ITALIANO REGGIO EMILIA**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Elenita Leitão dos Santos**

**Fortaleza, CE, Brasil  
2010**

**O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS ESCOLAS  
BRASILEIRAS E O EXEMPLO DO MUNICÍPIO ITALIANO  
REGGIO EMILIA.**

**por**

**Elenita Leitão dos Santos**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para  
obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**Orientador: Prof. Dr. Reinoldo Marquezan**

**Fortaleza, CE, Brasil**

**2010**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS ESCOLAS  
BRASILEIRAS E O EXEMPLO DO MUNICÍPIO ITALIANO REGGIO  
EMILIA**

elaborada por  
**Elenita Leitão dos Santos**

como requisito parcial para obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Reinoldo Marquezan, Prof. Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

**Maria Elizabete Londero Mousquer, Prof. Dra. (UFSM)**

**Neila Drabach Prof. Ms. (UFSM)**

Fortaleza, 17 de Setembro de 2010.

## Agradecimento

Agradeço a Deus por essa trajetória. Durante esse percurso as marcas familiares tornaram-me capaz de realizar esse trabalho, assim dedico esta monografia em especial aos meus filhos Ednardo Leitão e Larissa Leitão e a um amigo José Sabino que sempre acreditou no meu potencial.

O verdadeiro compromisso é a solidariedade, e não a solidariedade com os que negam o compromisso solidário, mas com aqueles que na situação concreta, se encontram convertidos em “coisas”.

Paulo Freire

## **RESUMO**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu em Gestão Educacional*  
Universidade Federal de Santa Maria

### **O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS ESCOLAS BRASILEIRAS E O EXEMPLO DO MUNICÍPIO ITALIANO DE REGGIO EMILIA**

AUTORA: ELENITA LEITÃO DOS SANTOS

ORIENTADOR: REINOLDO MARQUEZAN Prof. Dr. (UFSM)

Data e Local da Defesa: Fortaleza, 17 de setembro de 2010.

Esta monografia teve como objetivo analisar o processo de democratização das escolas públicas brasileiras e dentro desse assunto citamos o caso de algumas escolas ministradas pelo município italiano Reggio Emilia, na qual esta segue a filosofia de uma Grande Família. Atualmente, tratar esse assunto representa um grande desafio para os educadores, para a escola e para a sociedade. Neste sentido, se faz necessário uma série de trabalhos que possam melhorar o ambiente escolar e torna-lo um local onde ocorra reflexão acerca dos assuntos estudados e desenvolva o pensamento crítico, pois é um processo que desencadeia pesquisa, análise e criação de novas idéias. Muda a maneira de pensar a escola, o ato pedagógico, os espaços e tempos escolares. E é nessa lógica que a Gestão Escolar pode vir a contribuir para minimizar o fracasso que paira sobre a Educação. Este trabalho foi desenvolvido baseado em pesquisas e referências teóricas contidas nos estudos de Edwards (1999), Peroni (2003), Saviani (1983), Freire (2007), Rocha (1999), entre tantos outros que estudam e tratam do tema em suas pesquisas. Nos dias de hoje, fica cada vez mais evidente que se faz necessário considerar um trabalho de fortalecimento da Gestão Democrática para melhorar o processo de aprendizagem na Educação. Assim, concluímos que a participação cidadão nas tomadas de decisões importantes no espaço escolar poderá incentivar o compromisso dos envolvidos melhorando a qualidade de vida da comunidade e conseqüentemente da instituição nela inserida.

**Palavras Chave:** Escola Família Democrática Reggio Emilia.

## **ABSTRACT**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu em Gestão Educacional*  
Universidade Federal de Santa Maria

### **THE PROCESS OF DEMOCRATIZATION OF BRAZILIAN SCHOOLS AND EXAMPLE OF THE MUNICIPALITY OF REGGIO EMILIA ITALIAN**

AUTHOR: ELENITA LEITÃO DOS SANTOS  
ADVISER: REINOLDO MARQUEZAN Prof. Dr. (UFSM)  
Data e Local da Defesa: Fortaleza, 17 de setembro de 2010.

The objective of this monograph is to analyze the progress of democracy of the Brazilian public school. In this matter we can mention some cases of schools from the Italian municipality Reggio, that pursue the philosophy that school is a big family. Speak about this school is a big challenge for the educators, for school and for society. In this way is necessary to reflect and find a way to do a school a place of reflections about topics which were studied for the student and to develop a criticism thought to unchain a research to analyze and create new ideas. Changing the way to reflect about school the pedagogical act, the spaces and school times. Through this logic, the school administration gives its contribution to minimize the failure in the education the developed of this work was based on researches and theorists references contained in studies of Edwards (1999), Rocha (1999), and in so many others researchers who has been studied and treated the theme in their researches. In the present days is evident that is necessary to consider a work to strengthen of democratic administration to improve the process of education learning. So we can conclude that the citizens about the important decisions at school space. So it can bring stimulus for the education, and taking the improvement of the quality of the communities life and the institution that they are inserted.

**Keywords:** School Family Democracy Reggio Emilia

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	09
1.UM POUCO DE DEMOCRACIA BRASILEIRA. ....	11
1.1.O PARADOXO DA LEGITIMIDADE DA DEMOCRACIA. ....	16
2.A ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA E SUA DEMOCRATIZAÇÃO. ....	21
3.AS ESCOLAS MUNICIPAIS PARA CRIANÇAS PEQUENAS DE REGGIO EMILIA, UM EXEMPLO A SER SEGUIDO. ....	31
3.1.CONTEXTO HISTÓRICO. ....	31
3.2.ABORDAGEM DE REGGIO EMILIA .....	32
CONCLUSÃO. ....	39
REFERÊNCIAS. ....	41



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico ressalta o grande avanço do processo de democratização das escolas públicas do Brasil, buscando a melhoria da qualidade do Ensino. Recorremos a diversas literaturas para construir uma pesquisa exploratória ao nível dessa problemática que aflige pais e educadores. Entretanto, observamos que ainda falta muita para que este trabalho se torne consistente.

Partimos de algumas indagações para realizarmos esse presente trabalho de pesquisa: o que se deve fazer para colaborar com o processo de democratização das escolas públicas brasileiras? Há outras localidades do nosso planeta que nos sirvam de parâmetros? A partir daí, apresentamos como objetivo principal investigar o modo como o processo de democrático das escolas públicas vem sendo realizado no Brasil e o que este trará de benefícios para a comunidade escolar envolvida.

Pensamentos de diversos autores citados apontam saídas de tal problemática, facilitando a reflexão sobre tais idéias. Podemos citar como exemplo Edwards (1999), que tem como proposta mostrar os funcionamentos das escolas de Reggio Emilia; Peroni (2003), comentando a respeito do papel do Estado na Educação Infantil; Saviani (1983), que demonstra alguns elementos importantes da democratização das escolas brasileiras; Freire (1991), mostrando como as mudanças na educação podem beneficiar a formação da cidadania, Rocha (1999), que faz um levantamento de informações sobre a história da educação infantil; dentre outros.

Nesta pesquisa, buscamos mostrar um pouco do histórico da democracia brasileira e as dificuldades que se encontrou e ainda se encontra para sua concretização de fato. É sempre bom destacarmos que a educação é um processo contínuo que ultrapassa os limites da instrução e a simples aquisição de conhecimentos. Envolve, além do desenvolvimento da autonomia moral e intelectual, respeito, cooperação, independência, raciocínio e capacidade de responder e resolver novas situações. São essas algumas das habilidades e competências que esperamos da criança no mundo em que vivemos.

Sendo assim, buscamos dividir este estudo em três partes, para uma melhor organização de pensamentos.

Na primeira parte apresentaremos um histórico da democracia brasileira, que requer análise de alguns momentos em que o país superou as dificuldades para conduzir uma sociedade que reivindicasse seus direitos e lutasse para ampliá-los.

Na segunda parte, iremos discutir que mudanças importantes sofreram a escola pública com a democratização do país e o que isto trará de benefícios para as comunidades escolares e a melhoria de sua qualidade de vida.

Na terceira parte, buscaremos mostrar o exemplo da cidade italiana de Reggio Emilia. Nesta cidade algumas escolas municipais são administradas pelos próprios pais e em harmonia com os professores conduzem o processo de ensino-aprendizagem.

## 1. UM POUCO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Sabemos que o homem é um ser social e que a sociedade está em constante transformação. Ainda que as mudanças sociais ocorram de forma rápida há registros históricos os quais marcaram época e que os mesmos relacionam-se com as grandes descobertas ou giram em torno das revoluções nos paradigmas vigentes.

O domínio do fogo e das técnicas de agricultura contribuiu de forma relevante o comportamento humano proporcionando a homem a garantia de sua subsistência. A partir de sua organização social, este passou a defender o seu território. A descoberta da imprensa da máquina a vapor, do motor a combustão, do rádio, do cinema, do telefone, da televisão, do computador entre outras trouxeram transformações a ponto de exigir do homem novas formas de organizações para trabalho contribuindo para uma sociedade hierarquicamente dividida, fazem com que o homem tenha mais força e velocidade economizando seu tempo difundindo seus ideais concretizando seus ideais. Não podemos deixar de mencionar o valor da revolução dos paradigmas científicos nas diversas épocas, trazendo repercussão no comportamento das sociedades humanas.

A sociedade fechada, quando sofre pressão de determinados fatores externos, se espedaça mas não se abre: uma sociedade está se abrindo quando começa processo de desalienação com o surgimento de novos valores. Assim, por exemplo, a idéia da participação popular no poder. Nesta sociedade em transição se está numa posição progressista ou reacionária; não se pode estar com os braços cruzados. É preciso procurar uma nova escala de valores. O velho e o novo têm valor na medida em que são válidos. Ou se dirige a sociedade para ontem ou para amanhã que anuncia hoje. As atitudes reacionárias são as que satisfazem o processo e os valores requeridos pela sociedade de hoje. (FREIRE, 2007, 36-37)

O homem é capaz de escrever a história do seu passado, ou do seu comportamento social nos tempos remotos e até contemporâneos, porém, não é dotado de capacidade para determinar precisamente o seu futuro ou até mesmo como será seu próximo dia. Restando-lhe tão somente a esperança de uma nova era de transformações sociais, profundas pautadas nos valores transcendentais como sendo estes um direito de todos de usufruí-la.

Existe uma série de fenômenos sociológicos que têm ligação com o papel do educador. Nesta etapa da sociedade existem, primeiramente, as massas populares espectadoras passivas. Quando a sociedade de incorpora nelas, começa um processo chamado democratização fundamental. É um crescente ímpeto para participar. As massas populares começam a se procurar e a procurar seu processo histórico. Com a ruptura da sociedade, as massas começam a emergir e esta emergência se traduz numa exigência das massas por participar: é sua presença no processo. (FREIRE, 2007, 37)

As elites dominantes tentam conformar as massas populares aos seus objetivos, ou seja, quanto leiga e imatura são as massas populares (rurais ou urbanas), maior é a facilidade de serem manipuladoras pelas elites. A partir do momento em que as se sentem ameaçadas através da emergência das massas populares no processo histórico isso é suficiente para as elites tornarem suas medidas de prevenção.

Ocorre que as elites necessitam demasiadamente de manipular de forma imperiosa as massas populares. Há duas alternativas para as massas populares: ou continuam sendo manipuladoras pelas elites ou lutam. Notamos que a luta pela libertação não partirá nem tampouco será estimulada pelos dominadores, pois, esta é uma tarefa revolucionária e que para ser concretizada.

As massas passam a exigir voz e voto no processo político da sociedade. Percebem que outros têm mais facilidade que eles e descobrem que a educação lhes abre uma perspectiva. Às vezes emergem em posição ingênua e de rebelião e não revolucionária ao se defrontarem com os obstáculos. Começam a exigir e a criar problemas para as elites. Estas agem torpemente, esmagando as massas e acusando-as de comunismo. As massas querem participar mais na sociedade. As elites acham que isto é um absurdo e criam instituições de assistência social para domesticá-las. Não prestam serviços, atuam paternalisticamente, o que é uma forma de colonialismo. Procura-se tratá-las como crianças para que continuem sendo crianças. (FREIRE, 2007, p. 37)

Neste contexto, é importante se falar da manipulação das massas oprimidas. Através da manipulação, as elites dominadoras vão tentando conformar as massas populares a seus objetivos. E, quanto mais imaturas, politicamente, estejam elas (rurais ou urbanas), tanto mais facilmente se deixam manipular pelas elites dominadoras que não podem querer que se esgote seu

poder. Muitas vezes esta manipulação, dentro de certas condições históricas especiais, se verifica através de pactos entre as classes dominantes e as massas dominadas. Pactos que poderiam dar a impressão, numa apreciação ingênua, de um diálogo entre elas. E os pactos somente se dão quando estas, mesmo ingênuas, emergem no processo histórico e, com sua emersão, ameaçam as elites dominantes. Basta a sua presença no processo, não mais como puras espectadoras, mas com os primeiros sinais de sua agressividade, para que as elites dominadoras, assustadas com essa presença incômoda, dupliquem as táticas de manejo.

Antes da emersão das massas, não há propriamente manipulação. mas o esmagamento total dos dominados. Na sua imersão quase absoluta, não se faz necessária a manipulação. Então, surgiu uma resposta que o opressor tem de dar às novas condições concretas do processo histórico. A manipulação aparece como uma necessidade imperiosa das elites dominadoras, com o fim de, através dela, conseguir um tipo inautêntico de organização, com que evite o seu contrário, que é a verdadeira organização das massas populares emersas e emergindo. Estas, inquietas ao emergir, têm duas possibilidades: ou são manipuladas pelas elites para manter a dominação ou se organizam verdadeiramente para sua libertação. É óbvio, então, que a verdadeira organização não possa ser estimulada pelos dominadores. Isto é tarefa da liderança revolucionária.

As massas passam a exigir voz e voto no processo político da sociedade. Percebem que ostros têm mais facilidade que eles e descobrem que a educação lhes abre uma perspectiva. Às vezes emergem em posição ingênua e de rebelião e não revolucionária ao se defrontarem com os obstáculos. Começam a exigir e a criar problemas para as elites. Estas agem torpemente, esmagando as massas e acusando-as de comunismo. As massas querem participar mais na sociedade. As elites acham que isto é um absurdo e criam instituições de assistência social para domesticá-las. Não prestam serviços, atuam paternalisticamente, o que é uma forma de colonialismo. Procura-se tratá-las como crianças para que continuem sendo crianças. (FREIRE, 2007, p. 37)

A ciência possibilita ao homem a reinterpretção do mundo proporcionando mudanças entre suas relações com o meio ambiente. Por ser o homem um ser social este tem um comportamento político. A política proporciona a imposição da hierarquia de poderes. Porém este poder tem sido exercido de forma autoritária, centralizadora através do qual domina e manipula a consciência

humana através da imposição de regras as quais comprometem o comportamento social. Contudo, todos esperam e ensejam condições de liberdade individual o respeito as tradições de todos os povos.

O homem tentou distinguir o certo do errado através da religião a fim de discernir o sagrado do profano. A convivência humana ainda baseia-se em disputas que, acaba colocando uns contra os outros.

Grandes frações destas massas populares constituem o proletariado urbano os quais estão concentrados nos grandes centros industriais do país, porém ainda desprovidos de uma consciência revolucionária sendo apenas carentes apesar de revelarem pequenos traços vistos como sendo ameaçadores para os dominantes.

Segundo Paulo Freire (2007, p. 38), “uma sociedade justa dá oportunidades às massas para que tenham opções e não a opção que a elite tem, mas a própria opção das massas. A consciência criadora e comunicativa é democrática”. Se as massas associam à sua emergência, à sua presença no processo, sobre sua realidade, então sua ameaça se concretiza na revolução. Chame-se a este pensar certo de consciência revolucionária ou de consciência de classe, indispensável à revolução, que não se faz sem ele.

As elites dominadoras sabem tão bem disso que, e certos níveis seus, até instintivamente, usam todos os meios, mesmo a violência física, para proibir que as massas pensem.

As elites dominantes estão cientes deste fato, prova disto é que elas estão dispostas a usarem todos os meios até mesmo violência física, a fim de inibir que as massas pensem.

As convicções devem ser profundas, porém nunca impostas aos demais; através do diálogo se tratará de convencer com amor; o contrário seria sectarismo. O sectarismo não é crítica, não ama, não dialoga, não comunica, não faz comunicados. No processo histórico, os sectários comportam-se como inimigos; consideram-se donos da história. O sectarismo pretende conquistar o poder com as massas, mas estas depois não participam do poder. Para que haja revolução das massas é necessário que estas participem do poder. (FREIRE, 2007, p.38)

A história das lutas de classes tem sido marcada por constante oposição entre homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e oficial enfim entre opressores e oprimidos que poderá terminar

em uma transformação evolucionária social como um todo pela destruição dessa classe.

Nos diferentes contextos históricos encontramos uma determinada divisão de classes na Roma antiga entre patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos, na idade média, senhores feudais, vassallos, mestres, oficiais e servos etc.

Antigamente um, país era governado por um rei e este detinha o poder e o povo não participava nem opinava acerca dos assuntos pertinentes ao governo. Porém com o passar do tempo este modelo foi sofrendo modificações através de lutas pela conquista da abolição do regime monárquico, implantação de repúblicas, golpes de estado dentre outros diversos fatos históricos. Sabemos que esses acontecimentos se deram em diferentes contextos históricos com isso não podemos generalizar, mas podemos ressaltar que os envolvidos nesse processo histórico tornaram-se mais participativos e assim foram instaladas as democracias, porém com vantagens e desvantagens próprias deste regime.

Os gregos da antiguidade deixaram grandes contribuições propiciando a compreensão da política, em seu sentido. Os filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles destacam-se em suas teorias como nenhum outro, e na arte da oratória, Péricles e Remostenes, pois, as referências a estes nomes encontram-se desde os estudos mais eruditos até os mais simples manuais de divulgação.

O sentido básico do termo democracia está contido na sua etimologia: governo (Kratia) do povo (demo). Desde suas origens na Grécia clássica, entretanto, esse sentido básico se reveste na ambigüidade que lhe advém do duplo significado de *demos*. Então, como hoje, *demos* é povo, no sentido amplo do conjunto dos membros de uma determinada sociedade. Mas *demos* é também, tanto em seu sentido clássico como no atual, povo no sentido de plebe, representando as grandes massas, as camadas pobres e deseducadas que formam a maioria da população. (JAGUARIBE, 1985, p.20)

## 1.1 O PARADOXO DA LEGITIMIDADE DA DEMOCRACIA

O processo de democratização tem se dado de forma lenta em decorrência das crises. Sabemos que o modo ineficaz através do qual o governo tenta solucionar os problemas sociais e econômicos os quais causam impactos à maioria da população do Brasil, como exemplo disso temos a violência que a cada dia se torna mais visível por ser em grandes proporções, o desemprego, o subemprego causa insegurança e incredulidade por parte do povo no que diz respeito à democracia, camuflando os avanços, as conquistas democráticas no período de 1996 a 2010.

Sabemos que as bases do processo de democratização brasileira são as instituições políticas, pois elas são aliadas ao governo militar contribuindo para efetivação de suas ações no modelo econômico, causando competitividade e desestruturação política.

Durante vinte e um anos, o governo militar gerou mudanças desfazendo a força da democracia, representativa pelo poder judiciário e pelo congresso que exercendo um poder limitado teve uma pequena influência no decurso político dentre as quais podemos destacar: eleições periódicas, permanência do funcionamento dos partidos políticos, mesmo sendo estes cheios de limitações. O regime autoritário tem traços democráticos e causou inúmeras crises políticas hora por repressão ora por liberdade, conflitos até mesmo entre pessoas do grupo de esquerda.

Entre os anos de 1974 a 1982, ocorreu realmente a tentativa estabilização da democracia no Brasil.

Há três contribuições significativas no processo de democratização no início de 1974 o conflito das forças armadas, problemas de ordem econômica e o processo eleitoral, pois estes trouxeram o fortalecimento da democracia culminando com administração João Batista Figueiredo quando foi revogado o ato institucional número cinco n.5, aprovando anistia os reativando a participação na vida política reestabelecendo exilados e pessoas punidas pelo perverso militarismo.



A reforma partidária objetivava dividir a oposição e manter o governo civil, garantindo assim a eleição do presidente pelo colégio eleitoral e não pelo sufrágio universal diminuindo com isso a probabilidade de obtenção de votos à oposição.

O aspecto mais relevante é a sucessão presidencial quando o PMDB em 1984 tenta elaborar novas regras para as eleições presidenciais através do voto direto. Os partidos de esquerda promoveram o movimento “diretas já”, causando uma mobilização das massas populares pelo Brasil inteiro. Contudo, não suficiente para a aprovação, pois o governo driblou de várias formas, afim de que esta não fosse aprovada.

Em 1985 o fortalecimento da democracia culminando com a constituição promulgação em 1988 marcada pela fase histórica participativa e democrática caracterizada pela descentralização, garantindo assim a participação dos constituintes, da sociedade, da imprensa de direta e indireta.

A eleição de Fernando Collor de Melo marcou o final do período de transição da democracia. Portanto, podemos afirmar que o sistema político de nossos dias caracteriza-se por uma participação política cidadã nas tomadas de decisões de ordem pública. O que realmente move as pessoas à almejar a democracia, é sem dúvida a desigualdade social e de condições de vida da população desfavorecendo a grande maioria favorecendo uma minoria.

A Legitimidade da Democracia no Brasil evidencia-se de forma limitada, pois não podemos assegurar que esta irá perdurar, ou seja, dará continuidade independente das condições. Entretanto, não se pode garantir que estado de liberdade alcançado perdurará ou se deteriorizará diante das distorções vivenciadas oriundas dos políticos e de suas atividades políticas e diante do funcionamento das instituições governamentais sem real ligação com a vida da população e sem o afeto desta, pela democracia.

Um dos mais agravantes problemas da democracia brasileira é o fato de termos como herança do passado. Isso é preocupante, pois é perigoso que esta se enraíze ocupando espaço em um tempo de inovações democráticas. Presume-se que isto implica em advertir às lideranças democráticas do país. A vida política brasileira tem sido distorcida e ao se desencadear as distorções a esperança criada pelo processo de democratização, impedirá a evolução do regime

democrático. É provável o surgimento de um conflito, podendo causar a morte da democracia.

No início a implantação do regime democrático no Brasil no final do século XX, há uma insatisfação, por parte dos brasileiros em altos níveis sendo válido refletir na hipótese de chances de consolidação do regime democrático. A atual sociedade de massas, compreendida como sendo esta o único meio possível para a legitimidade.

Os discursos repassados pela mídia, pela universidade têm sido desvinculados ao bem comum e a representação política que tem como pressuposto o direito natural, tem sido divulgada uma democracia voltada para as vontades individuais, numa perspectiva ligada a um sistema onde as majorias ganham o jogo através da imposição de suas vontades.

Então, as atuais democracias tentam defender a sua legitimidade partindo do desejo de atuação decisiva dos grupos sociais que reúnem tais desejos através da pressão por interesses coletivos. A democracia de massas é aquela que expressa o desejo de ganhar espaço político na formação de majorias. Dentro dessa perspectiva a quantidade é mais importante do que a qualidade.

Apesar de a democracia brasileira ter sofrido sob o jugo ditado real militar tem se desenvolvido de forma satisfatória, apesar de ainda ter muito a avançar para assim chegar à plenitude almejada pelos brasileiros. Dentre os desejos da sociedade podemos evitar para o cidadão, pois este deve estar presente em todos os atos que envolvem a gestão pública.

As considerações precedentes permitem constatar que o regime democrático contém três elementos fundamentais: povo, liberdade e igualdade. O povo, nas diversas acepções do *demos*, é titular do poder, exercendo-o diretamente ou por intermédio de seus representantes. A liberdade é, ao mesmo tempo, um dos pressupostos básicos de regime e a expressão mesma de seu exercício. Desde a Grécia Clássica, é no intuito de compatibilizar a liberdade individual com a regularização social que se fundamenta a legitimidade do regime democrático. E é através do exercício político da liberdade que se realiza a democracia. A igualdade, por sua vez, é um dos pressupostos do regime. É porque os homens são basicamente iguais que todos cabem igual direito a participar da direção da sociedade. Por outra parte, o regime democrático tem, idealmente, como inerente objetivo, assegurar a igualdade dos cidadãos perante a lei e, quanto possível, em termos reais, uma vez que tal igualdade constitui um de seus pressupostos e a exacerbação das desigualdades reais representa o principal entrave para o funcionamento da democracia. (JAGUARIBE, 1985, p.24)

O suporte vital da democracia é a liberdade de expressão. O governo democrático deveria expressar-se como sendo um governo do povo, para o povo, pelo povo. O governo do pouco significa governo popular, para o povo quer dizer que o seu objetivo está voltado para o bem do próximo e pelo povo nos transmite a ideia de que seria feito pelo próprio povo através de tomadas de decisões políticas de relevância de forma direta ou indireta através dos representantes eleitos. De forma, a primar pelos direitos humanos respeitando sempre os princípios de liberdade de expressão de opiniões, tanto de homens como de mulheres tendo vista que os mesmos são iguais, respeitando também sua raça, a etnia ou classe. Devendo haver também a implementação de políticas públicas voltadas para a população de baixa renda.

A efetivação democrática se faz a partir de uma sociedade civil bem educada e bem informada a qual tem o devido acesso a informação oportunizando-lhe participar de forma plena na vida pública da sociedade em que está inserida tendo capacidade de criticar as ações insensatas do governo, pois quanto maior o acesso do povo através de opiniões maior é a probabilidade de efetivação da verdadeira democracia.

A democracia, como todas as instituições sociais, experimentou e continua experimentando decisivas modificações, no curso da história. É clássica a já referida oposição, em termos globais, entre democracia antiga e democracia moderna. A democracia antiga, comandada pelo princípio da participação, inerente ao conceito clássico de cidadania, assegura a todos e a todos de certa forma impunha – ativa participação na direção da coisa pública. Ademias das particularidades típicas das democracias estritamente diretas, como o ateniense (não-delegação de poderes e práticas inexistência de magistrados), a democracia clássica desconhecia a oposição entre o público e o privado, como também, em ampla medida, entre o secular e o religioso. Eram, assim, praticamente ilimitados os poderes da Assembléia. Tais extremos chegaram ao ponto, com a *graphe paranoman*, de estabelecer a eficácia retroativa das decisões da *Ecclesia*. (JAGUARIBE, 1985, p. 27-28)

A doutrina democrática ao idealizar um indivíduo soberano pensou em um estado sem a formação de grupos, ou seja, baseada num modelo mais fundamentada pela soberania popular, mas na realidade o que se vê é sociedade pluralista.

A democracia deve revelar-se em seu mais alto grau através da participação social sendo que este grau democrático deve ser visto através do relevante aumento da participação popular eliminando assim o poder invisível.

Diversamente, a democracia moderna se funda no princípio da proteção dos direitos individuais. Em sua concepção originária está contida a idéia do contrato social. Os homens têm direitos individuais considerado como absolutos, conferidos por Deus ou pela Natureza, que precedem quaisquer disposições sociais e, por isso, sobre elas imperam e regulam. Não é o direito à participação política que gera o conceito moderno de democracia (embora tenha decisivamente influenciado sua prática) e sim a necessidade de proteção dos direitos individuais: vidas liberdade (como ausência de constrangimentos arbitrários) e propriedade. A participação política dos cidadãos, nas decisões públicas, é uma decorrência de sua liberdade individual, que lhes assegura o direito a não serem constrangidos por decisões em que pudessem tomar parte. (JAGUARIBE, 1985, p. 28)

Partindo do princípio de que a democracia é um conjunto de regras de procedimento visando contar com cidadãos ativos dotados de ideias levaram às regras democráticas, em especial, o ideal de tolerância de não-violência, através do debate livre.

Portanto, como perspectiva teórico-metodológica, partimos do princípio de que o Estado não pode ser entendido por si mesmo, mas nas relações materiais de existência. Isso porque o modo de vida material, ainda conforme Marx, determina o processo social, político e espiritual da vida.

O conceito de Estado que utilizamos neste trabalho é o mesmo que aquele proposto por Marx: Estado histórico, concreto, de classe e, nesse sentido, Estado máximo para o capital, já que, no processo de correlação de forças em curso, é o capital que detém a hegemonia. (PERONI, 2003, p. 22)

## 2. A ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA E SUA DEMOCRATIZAÇÃO

Atualmente as escolas deparam com um grande desafio que é formar cidadãos críticos. Para tanto se faz necessário planejar o desenvolvimento da Escola para que haja o alcance das perspectivas traçadas e com isso sejam feitas as intervenções necessárias em benefício da coletividade. Isso pressupõe que o Projeto Político Pedagógico da escola visa atender as dimensões política e pedagógica que lhe são inerentes. Política no que se refere ao pensamento e a ação; relacionando-se à visão de mundo, de sociedade, de educação profissional e de aluno que se pretende formar. Os atos políticos envolvem as tomadas de decisões, as escolhas e execuções de ações. A dimensão pedagógica enquadra-se na possibilidade de tornar real a intenção da escola no que se diz respeito ao cumprimento de seus propósitos os quais devem primar pela formação do ser humano crítico, criativo e participativo. Para que se concretize este modelo educacional é importante que o professor abandone a prática pedagógica tradicional para que a sala de aula torne-se um espaço de produção de artefatos e de realização de experiências. É de suma importância que as escolas promovam a cultura reflexiva repensando sua prática, sua organização no sentido de ampliar o desenvolvimento, propiciando uma cultura de resultados diante do enfrentamento das dificuldades encontradas.

Transformar componentes pedagógicos implica na transformação dos objetivos da escola sempre repensando aquilo que se pretende alcançar, sua intencionalidade, os valores que se desejam na formação dos alunos e alunas, devendo todos os membros da escola se destacar na condução do processo educativo.

A educação é uma resposta a finitude da finitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém. (FREIRE, 2007, p. 27 – 28)

A gestão democrática no Brasil é fruto de uma conquista das forças progressistas cujo registro encontra-se na construção de 1988 e está pautada na Lei das Diretrizes e bases (LDB) de 1996, devendo o sistemas públicos nacionais

responsabilizar-se pela definição das normas da Gestão Democrática do ensino básico, garantindo a autonomia das escolas que se refere a Organizações Curriculares e a definição do Projeto Pedagógico, bem como o repasse de recursos financeiros visando a manutenção de padrões básicos do funcionamento das unidades escolares.

Durante o governo do Fernando Henrique Cardoso houve o estímulo à construção do Projeto Político Pedagógico, porém os mesmos eram desvinculados do contexto social. Vale ressaltar que muitos foram elaborados sem a efetiva participação dos segmentos escolares, sendo esta elaboração apenas de ordem burocrática onde o P.P. P assumiu o valor de um documento a mais o qual se mantinha na maioria das vezes engavetado, inviabilizando a Promoção da Democracia escolar.

Quando o P.P.P implementa ações pedagógicas voltadas para qualidade da educação este passa a ser um componente importante para o efetivo exercício da gestão democrática.

O confronto entre as expectativas objetivando a organização escolar baseado no princípio da atividade e do trabalho iniciou-se no começo do século XX, no campo do liberalismo e do socialismo. Nesse mesmo contexto político o movimento operativo, ganha espaço conquistando direitos políticos e sociais, a cultura técnico-científica se organiza através do avanço da indústria, causando o agravamento da Escola Humanista. Através do movimento intelectual de inspiração neo-idealista a escola uma instituição tradicional.

As reflexões sobre a escola pública referem-se a dois aspectos: a articulações com as classes populares e produção do fracasso escolar. Através do reconhecimento da escolarização como sendo um direito de todos traz a intensificação de políticas públicas no sentido de expandir vagas a fim de garantir a permanência de todas as crianças na escola, de fomentar a educação de jovens e adultos ampliando o acesso aos ensinos médios e superior. As implementações visam beneficiar especialmente aos sujeitos das classes desfavorecidas, pois as mesmas constituem a escola pública e vem sendo excluídos da educação escolar no decorrer da história.

No Brasil quando falamos a fracasso escolar somos obrigados a ter como referência as classes populares e a história de fracassos diversos que por

inúmeros casos têm negado aos estudantes a possibilidade de experimentar o êxito, onde a escola seja vista como sendo um espaço significativo de ampliação de conhecimentos de todos.

A constituição dos chamados “sistemas nacionais de ensino” data de início do século passado. Sua organização inspirou-se no princípio de que a educação é direito de todos e dever do Estado. O direito de todos a educação decorria do tipo de sociedade correspondente aos interesses da nova classe que se consolida no poder: a burguesia. Tratava-se, pois, de construir uma sociedade democrática, de consolidar a democracia burguesa. Para superar a situação de opressão, própria do “Antigo Regime”, e ascender a um tipo de sociedade fundada no contrato social celebrado “livremente” entre indivíduos, era necessário vencer a barreira da ignorância. Só assim seria possível transformar os súditos em cidadão, isto é, em indivíduos livres porque esclarecidos, ilustrados. Como realizar essa tarefa? Através do ensino. A Escola é erigida, pois, no grande instrumento para converter os súditos em cidadãos, “redimindo os homens de seu duplo pecado histórico: a ignorância, miséria moral e a opressão, miséria pública”. (SAVIANI, 1983, p. 09-10)

A transformação da escola, através da efetivação de sua democratização, há muito tempo vem sendo buscada. Porém, sabemos que esta mudança requer uma profunda reflexão no espaço escolar quanto ao modo de incorporação das classes populares à escola, sendo necessário também traçar metas e ações que façam da Escola Pública uma educação popular e não somente uma escola voltada para classes populares. Sendo de grande relevância repensar acerca das relações entre esta mudança de perspectiva e a produção das práticas que orientam a dinâmica pedagógica.

Repensar o cotidiano escolar, bem como nele interferir, exige o constante diálogo entre os sujeitos que compõem as margens sociais e passam a fazer parte do cenário escolar como consequência do acesso proveniente da democratização. Vivenciar o cotidiano escolar público das classes populares requer compromisso com a produção diária do resultado satisfatório como sendo uma real possibilidade para um segmento, social negado e marginalizado.

Análise acerca da função social da escola apresenta tanto suas relações com a democratização do conhecimento, bem como se referem a ela como sendo parte dos processos de seleção e exclusão social. A escola apresenta dois aspectos opostos pois quando oferece as mesmas oportunidades a todos exclui. Suas práticas cotidianas visam as relações pautadas do discurso da igualdade de procedimento e na ocultação da desigualdade de direitos, de modo que, ao focar

a desejo da igualdade tem sido identificada como homogênea. Isso é o que caracteriza a dinâmica escolar.

Ora, coisa diversa vem a ocorrer na época moderna, com a ruptura do modo de produção feudal e a gestação do modo de produção capitalista. Nós vamos ter, justamente aí, que a burguesia, classe em ascensão, vai se manifestar como uma classe revolucionária, e, enquanto classe revolucionária, vai advogar a filosofia da essência como um suporte para a defesa da igualdade dos homens como um todo e é justamente a partir daí que ela aciona as críticas à nobreza e ao clero. Em outros termos: a dominação da nobreza e do clero era uma dominação não natural, não essencial, mas social e acidental, portanto, histórica. Vejam que toda postura revolucionária é uma postura essencialmente histórica, é uma postura que se coloca na direção do desenvolvimento da história e seus interesses coincidem com os interesses do novo, com os interesses da transformação; e é nesse sentido que a filosofia da essência, que vai ter depois como consequência a pedagogia da essência, vai fazer uma defesa intransigente da igualdade essencial dos homens. Sobre essa base da igualdade dos homens, de todos os homens, é que se funda então a liberdade, e é sobre, justamente, a liberdade, que se vai postular a reforma da sociedade. Lembre-se, de passagem, de Rousseau. O que defende Rousseau? Que tudo é bom enquanto sai do autor das coisas. Tudo degenera quando passa às mãos dos homens. Em outros termos, a natureza é justa, é boa, e no âmbito natural a igualdade está preservada. As desigualdades (vejam o “Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens”) são geradas pela sociedade. Ora, esse raciocínio não significa outra coisa se não colocar diante da nobreza e do clero a idéia de que as diferenças, os privilégios de que eles usufruíram, não eram naturais e muito menos divinos, mas eram sociais. E enquanto diferenças sociais, configuram injustiça; enquanto injustiça, não poderiam continuar existindo. Logo, aquela sociedade fundada em senhores e servos não poderiam persistir. Ela teria que ser substituída por uma sociedade igualitária. É nesse sentido, então, que a burguesia vai reformar a sociedade, substituindo uma sociedade com base num suposto direito natural por uma sociedade contratual. (SAVIANI, 1983, p. 43-44)

Quando almejamos alcançar um resultado homogêneo, ressaltando as diferenças, incorremos no risco de segregar na perspectiva de nos mantermos neutros aos preconceitos enraizados na sociedade os quais promovem a exclusão. Contudo as buscas pela igualdade de oportunidades também produzem inclusão por ser a prática pedagógica uma prática social está atrelada à tensão exclusão/ inclusão. Por isso não devemos ofuscar a ambivalência que passa a luta pela escola pública, sendo esta definida como direito, através de uma luta de classe trabalhadora se configurando também como uma instituição produzida em um espaço de luta, entre a reprodução das desigualdades sociais e a produção de responsabilidades mais democráticas.



De acordo com Saviani (1983), o homem em sua essência é livre podendo fazer ou não concessões, mediante contrato. Quem possui a propriedade é livre para aceitar ou não a oferta de mão-de-obra. Essa é a fundamentação jurídica da sociedade burguesa, a qual se tornou assim a classe dominante que nos meados do século XX vai adequar a escolarização para todos a conversão dos súditos em cidadão através da qual efetiva a participação dos mesmos no processo político culminando com a consolidação da democracia burguesa.

Ocorre que a história vai evoluindo, e a participação política das massas entra em contradição com os interesses da própria burguesia. Na medida em que a burguesia, de classe em ascensão, portanto, de classe revolucionária, se transforma em classe consolidada no poder, aí os interesses dela não caminham mais em direção à transformação da sociedade, ao contrário, os interesses dela coincidem com a perpetuação da sociedade. É nesse sentido que ela já não está mais na linha do desenvolvimento histórico, mas está contra a história. A história é contra os interesses da burguesia. Então, para a burguesia se defender desses interesses, ela não tem outra saída senão a história, passando a reagir contra o movimento da história. É nesses momentos que a escola tradicional, a pedagogia da essência, já não vai servir e a burguesia vai propor a pedagogia da existência. Ora, vejam vocês: o que é a pedagogia da existência, se não diferentemente da pedagogia da essência, que é uma pedagogia que se fundava no igualitarismo, uma pedagogia de legitimação da desigualdade? Com base neste tipo de pedagogia, considera-se que os homens não são essencialmente iguais; os homens são essencialmente diferentes, e nós temos que respeitar as diferenças entre os homens. Então, há aqueles que têm mais capacidade e aqueles que têm menos capacidade; há aqueles que aprendem mais devagar; há aqueles que se interessam por isso e os que se interessam por aquilo. (SAVIANI, 1983, p.45)

De acordo com o autor supra-citado, nesse ínterim, não é a burguesia que assume o papel revolucionário, da forma a qual assumiria no início dos tempos modernos. Nesse contexto, a classe revolucionária é a classe explorada pela burguesia.

A partir do momento em que a escola faz um trabalho que contemple as diferenças, há realmente a democratização de suas práticas pedagógicas, pois sabemos que um projeto educativo com qualidade excludente e redutora, não atende a democratização do fazer pedagógico de uma escola que pretenda alcançar as múltiplas possibilidades humanas.

Entendo que é através do trabalho coletivo articulado aos processos pedagógicos, que os sujeitos interagem no coletivo compartilhando saberes, sonhos, esperanças, dúvidas, anseios sugeridos na busca de promover

mudanças, sendo de grande relevância para a ampliação do conhecimento dos profissionais envolvidos no processo educativo, criando passe para a reflexão e o diálogo.

Através do exercício do trabalho coletivo o profissional cresce, desenvolvendo seu potencial de participação, cooperação, respeito mútuo e capacidade crítica, cabendo à gestão ficar à frente da condução deste processo, apontado a direção do trabalho coletivo, sugerido, discutindo emitindo opiniões, valorizando a participação de todos os seguimentos da escola.

O trabalho coletivo combate à cultura do silêncio e conseqüentemente viabiliza as interações escolares possibilitando a construção de uma escola de educação popular onde as ações são voltadas a uma educação eficaz, através da qual há.

É necessário que se pense a formação de professores as capacitando-os a realizar um trabalho interdisciplinar superando obstáculos que ocasionam a separação entre escola e comunidade, no sentido de promover a democratização do espaço escolar bem como uma educação de qualidade, gerando mudanças significativas no âmbito dos conhecimentos, transmitidos aos educandos, levando-os a viverem de forma construtiva e confiante.

Mudar a maneira de pensar é fundamental para a busca de uma visão mais global do mundo. A transdisciplinaridade representa uma ruptura com o modo linear de ler o mundo, uma forma de articulação dos saberes (...) A transdisciplinaridade, como método científico e como atitude pedagógica, quebrando o isolamento das disciplinas pela circulação de conceitos e de valores, só é válida quando sustentada por um novo olhar sobre as coisas. (GADOTTI, 2000, p. 39)

Portanto, percebe-se a necessidade de transformação na escola. Transformar não significa mudar e sim assumir novas situações e valores, não basta transformar as concepções, mas também a prática, pois está atualmente tem se embasado apenas em teorias tradicionais de cunha racionalista, onde o professor se detém mais com o repasse de conhecimentos do que com a construção destes pelo aluno através da mediação do professor.

Nesse sentido faz necessário que o Projeto Político Pedagógico através dos segmentos escolares preveja o que transformar em suas concepções teóricas e em suas práticas bem como suas metas de forma que possa estar habilitada " a

prestar serviço à sociedade, preparando o aluno/ aluna para se inserir no mundo em que vive, interpretando e pensando a realidade como um todo, de forma autônoma, tornando-a capaz de criticar e desenvolver expectativas e projetos em relação ao conjunto da sociedade”. (SEE/MG, 1997:11).

Essa concepção é fundamental para o processo de transformação da escola, tanto no que diz respeito ao Pedagógico tanto quanto ao administrativo.

Deste modo, a constituição da democratização no ambiente escolar torna-se possível, pois é a partir de tomadas de decisões coletivas que supera-se as situações conflituosas e conseqüentemente elimina-se relações competitivas, autoritárias evitando que ocorra um trabalho fragmentado possibilitando com isso que haja um trabalho em um só direção através das relações horizontais e dialógicas realçando a condução do processo educativo.

Sabemos que a atual legislação brasileira assegura a educação para todos sendo esta um dever do Estado e da família.

O art. 205 da constituição de 1988 diz que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A LDB de 1996 (Lei nº 9.394) coloca no Estado a responsabilidade de oferecer a educação escola pública e gratuita. Então, o art. 4º da LDB e o art. 208 da Constituição Federal designam o dever ao estado para com a educação escolar pública, sendo este efetivado mediante a garantia de:

- I. Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria;
- II. Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III. Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.
- IV. Atendimento gratuito em creches e pré-escolas as crianças de zero a seis anos de idade.

Então, hoje vemos que a participação é mínima, pois as reuniões são feitas para o mero acompanhamento dos boletins e conversas com os professores. Não há o envolvimento dos pais nas questões concernentes à administração e ao ensino o qual contribuiria muito para a melhoria da educação. Os conselhos escolares são excelentes canais para fazer acontecer esta parceria entre escola e família.

A partir dessa concepção, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) promoveu um programa visando resgatar a identidade dos Conselhos Escolares com os seguintes objetivos: aumentar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas, implantar e fortalecer os conselhos escolares; manter o regime de colaboração com os sistemas de ensino a capacitação de conselheiros escolares, promover a integração entre os conselhos escolares, apoiando a construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, vinculada ao processo de democratização da sociedade contribuindo para a promoção da cultura de monitoramento e avaliação das escolas garantindo a qualidade da educação.

A LDB, em seus artigos 14 e 15, apresentam as seguintes determinações:

ART.14\_ Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

A LDB, em seus artigos 14 e 15, apresentam as seguintes determinações:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e

administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

O Conselho Escolar é um organismo colegiado constituído por representações de estudantes, pais, professores, funcionários e comunidade local, tendo como membro nato à pessoa do diretor escolar com a responsabilidade de compartilhar a gestão escolar a partir de decisões coletivas.

O espaço escolar deve ser um lugar de participação de discussão e encaminhamentos que possibilite a efetivação da gestão democrática.

O Conselho Escolar deve criar um ambiente articulador entre a comunidade e escola a fim de concretizar o desenvolvimento da escola, utilizando-se sempre da escuta, reflexão, no intuito de proporcionar uma atitude democrática, oportunizando todos os segmentos a defender interesses da coletividade.

Esta tarefa não é fácil, pois há uma cultura forte de decisões sem a participação dos envolvidos na escola em face de procedimentos burocráticos e autoritários. As pessoas muitas têm a concepção de que o Conselho Escolar tem apenas uma função voltada apenas para a parte administrativa através da qual acompanha, supervisiona, monitora. Porém a sua função é bem mais abrangente no cotidiano escolar, pois este deve estimular e articular a participação integrada dos segmentos da escola e da comunidade.

Certamente é necessário que haja a construção da participação no cotidiano das relações no espaço escolar e na sociedade. Contudo, deve haver o verdadeiro interesse dos que fazem a escola quanto às mudanças. Entretanto, é necessário muito estudo aprofundado acerca das teorias pedagógicas, métodos de avaliação para dar suporte a esse novo formato de escola que se almeja.

Devemos considerar também a implantação desse projeto inovador aumentará a responsabilidade dos atores da escola nesse processo gerado mais trabalho dentro e fora da sala de aula bem como a cobrança por parte da comunidade escolar e dos pais pois esses atuarão como gestores escolares, pois poderão participar das reuniões dos Conselhos escolares participando conjuntamente tentando solucionar problemas relacionados à escola, de natureza Pedagógica, administrativa ou financeira porém o direito ao voto é exclusivo aos

membros eleitos e o membro nato representado, desta forma há a legitimidade da gestão democrática na escola propiciando uma escola cidadã e de qualidade.

O atual contexto da educação às tecnologias são utilizadas como sendo otimizadoras da aprendizagem motivando da aprendizagem motivando professores e aluno. Porém ainda é crescente a indagação sobre qual metodologia ideal para uma educação de qualidade.

É primordial que se promova uma educação que valorize o respeito ao próximo e a responsabilidade partindo do princípio de que esses são tão importantes quanto à educação escolar, desta forma a criança entenderá seus limites respeitando as leis que lhes são apresentadas.

Diante disso, se faz necessário que haja uma interação entre professores na busca de soluções, contemplando as necessidades do grupo e não as individuais.

No cotidiano escolar das escolas do município de Fortaleza o professor não tem tempo nem mesmo para repensar o fazer pedagógico, através de momentos de reflexão para ressignificar suas práticas promovendo novos ideais para o grupo.

Sabemos que é inviável qualquer prática que desconsidere o pensamento coletivo para abrir novos horizontes. Entretanto, foge às mãos da escola a capacidade do presente ativismo do dia a dia da escola, sendo necessário que o sistema educacional proporcione condições de a escola promover esse espaço-tempo para construção de saberes.

### **3. AS ESCOLAS MUNICIPAIS PARA CRIANÇAS PEQUENAS DE REGGIO EMILIA, UM EXEMPLO A SER SEGUIDO**

#### **3.1.CONTEXTO HISTÓRICO**

Poderíamos nos deter em outros exemplos para mostrar um modelo de gestão democrática voltada para uma educação de qualidade, porém iremos nos deter na história de Reggio Emilia segunda guerra mundial, algumas por iniciativas próprias, iniciaram estabelecimentos escolares coordenados por pai, como exemplo temos LORIS MALAGUZZI que relata muito bem essa experiência para Réggio Emilia.

Na década de cinquenta houve uma conscientização por parte dos pais em relação a uma educação de qualidade. Eles haviam percebido o desinteresse do Partido Democrático Cristão em relação à educação. Surgiram também novas idéias provenientes do movimento pela “escola popular” bem como a influência dos escritos de Celestin Freinet, fazendo com que as pessoas cultivassem pensamentos de mudanças.

Em 1951 houve uma Organização de Professores a qual deu origem ao (MEC) Movimento de Educação Cooperativa o qual tinha como objetivo, aplicar as técnicas de Freinet através de um debate crítico tendo como consequência a conquista da cooperação. Esse grupo de cooperação atuava apenas em cidades administradas pela política de esquerda entre os anos 60 e 70 nas demais cidades, havia a predominância do domínio do Partido Democrata Cristão e consequentemente o monopólio da Igreja Católica sobre a educação.

O acúmulo de debates em torno da educação gerou uma equitação por parte dos educadores no sentido de incentivar a participação das famílias no Ambiente escolar. Foi por meio desses debates que Jorge Malaguzzi tornou-se amigo de Cíari, pois dois acreditaram numa educação que promovesse o desenvolvimento da criança em sua totalidade, ou seja, nas áreas: comunicativa, social, afetiva desenvolvendo também o pensamento crítico.

A região de Emilia Romagna foi a mais inovadora entre as demais regiões pela educação de qualidade, através de alto investimento na educação no que se

trata de compromisso, determinação, renovação. Cabendo a nós indagarmos as possibilidades para nossa realidade.

### **3.2.A ABORDAGEM DE REGGIO EMILIA.**

As crianças de Reggio Emilia trabalham a partir da representação simbólica, mas envolvem-se também na abstração. As artes visuais dão suporte à linguagem das crianças que não desenvolvam habilidade na leitura e escrita.

A representação simbólica é utilizada como argumento de observações propiciando o gosto pelo trabalho que fazem.

Os temas dos projetos trabalhados são pertinentes ao cotidiano das crianças de forma a proporcionar uma aprendizagem significativa e interessante para elas.

As representações construídas através de desenhos, nas pinturas, no papel machê na argila não são apenas para levar para casa ou usadas como objeto decorativo, ou seja, estas representações têm um cunho pedagógico de muita importância, pois são levados a discussão e aprofundamento, não sendo a arte uma disciplina, porém é vista como sendo um meio de expressar o que entenderam sobre um meio de expressar o que entenderam sobre um determinado tópico.

Além de projetos as crianças também participam de dramatizações brincadeiras livres, contação de histórias, tarefas domésticas, sendo que todas estão ligadas ao projeto para todas as crianças oportunizando a todas as crianças.

Reggio Emilia é uma cidade de 130.00 habitantes na região próspera e progressista de Emilia Romagna, no nordeste da Itália. Seu sistema municipal de Educação para a primeira infância tornou-se reconhecido e aclamado como um dos melhores sistemas de educação do mundo. (Newsweek, 2 de dezembro de 1991). Atualmente, a cidade financia e opera 11 escolas pré-primárias para crianças de 3 – 6 anos, bem como 13 centros para criança de 0 – 3 anos. Nos últimos 30 anos, o sistema criou um conjunto singular e inovador de suposições filosóficas, currículo e pedagogia, método de organização escolar e desenho de ambientes que, tomados como um todo unificado, chamamos de abordagem de Reggio Emilia. Essa abordagem incentiva o desenvolvimento intelectual



das crianças por meio de um foco sistemático sobre a representação simbólica. (...) (EDWARDS, 1999, p. 21)

O modelo de espaço das escolas de Reggio Emilia é semelhante às grandes casas com aproximadamente vinte e cinco crianças em cada sala onde a criança alcança uma socialização comparável a sua própria família. Vale ressaltar Itália a grande família é composta por pai, mãe e parentes afins como avós, tios e outros embaixo do mesmo teto.

O fato de as crianças permanecerem com o mesmo professor durante três anos consecutivos propicia um relacionamento positivo chegando a formar laços com a família.

Na realidade brasileira precisamente no município há um aspecto agravante o qual inviabiliza o envolvimento das famílias, pois a falta de interesses públicos acarretando uma permuta constante de professores, pois alguns não são concursados e ao término do contrato troca-se por outro e às vezes chega a faltar professor para determinada área acarretando sérios prejuízos para o aluno e conseqüentemente para as famílias. Além disso, ainda não se criou o hábito de família e escola caminharem em parceria, na realidade de Fortaleza a família está distante está distante do espaço escolar comparecendo quando é solicitada para queixas ou para entrega de boletins, vale ressaltar que muitos pais nem mesmo nessas ocasiões comparecem.

Na escola de Reggio Emilia há uma concordância entre os professores e as crianças, pois escolhem tópicos de interesses para as crianças através de formas visuais, na tentativa constante de criar um ambiente amistoso entre todos os que o compõem. Os professores trabalham em dupla em cada sala de aula e planejam uma vez por semana junto com as famílias.

O objetivo das escolas do município Reggio Emilia é fazer, com que as crianças, professores e família sintam-se em casa sendo de grande relevância o aspecto da satisfação interpessoal.

Um programa e uma abordagem pedagógica de pré-escola baseada em um modelo de grande família tende a ter seus próprios problemas. Embora as pré-escolas não sejam fábricas, tampouco são famílias. Elas são instituições equipadas com profissionais empregados para aplicar conhecimento e habilidades especializados em seu trabalho, no melhor interesse de cada cliente.

As pré-escolas municipais de Reggio Emilia nos mostram uma combinação ótima das qualidades dos relacionamentos em família e integridade das práticas profissionais *par excellence* de diversas maneiras. Em primeiro lugar, a inclusão e envolvimento dos pais em virtualmente cada aspecto do funcionamento da escola é deliberado e fundamental ao planejamento e operação das escolas pré-primárias. A quantidade de idealização e energia dadas ao estabelecimento e manutenção dos fortes relacionamentos entre escola e pais é impressionante e assustadora, e é consistente com o importante papel dos pais na fundação dessas escolas. (EDWARDS, 1999, p.52)

O atual contexto da educação as tecnologias são utilizadas como sendo otimizadoras da aprendizagem motivando professores e alunos. Porém ainda é crescente a indagação sobre qual metodologia ideal para uma educação de qualidade.

É primordial que se promova uma educação que valorize o respeito ao próximo e a responsabilidade partindo do princípio de que esses são tão importantes quanto a educação escolar, desta forma a criança entenderá seus limites respeitando as leis que lhes são apresentadas.

Diante disso, se faz necessário que haja uma interação entre professores na busca de soluções, contemplando as necessidades do grupo e não as individuais.

No cotidiano escolar das Escolas do Município de Fortaleza o professor não tem tempo nem mesmo de repensar o fazer pedagógico, através de momentos de reflexão para resignar rearticulando suas práticas promovendo novos ideais para o grupo.

Sabemos que é inviável qualquer prática que desconsidere o pensamento coletivo para abrir novos horizontes. Entretanto, foge às mãos da escola a capacidade de realização do mesmo por conta do presente ativismo do dia a dia da escola, sendo necessário que o sistema educacional proporcione condições de a escola promover esses espaços-tempo para a construção de saberes.

Uma lição importante transmitida pelos professores de Reggio Emilia é a sinceridade na comunicação do adulto com a criança através da demonstração do sincero interesse pelas ideias das crianças através da qual desenvolve-se uma relação afetiva a qual interagem com o fazer pedagógico.

Há um profundo respeito e afeto entre os educadores de Reggio Emilia pelos alunos harmonizando com a responsabilidade de obediência as regras as quais foram previamente estabelecidas junto com as crianças, devendo cumprir todas as obrigações que lhes são atribuídas.

Em segundo lugar, a abordagem do currículo parece ser a de que as características, aptidões, necessidades e interesses de cada criança individual são examinadas e monitoradas por extensos registros e documentação. Toda a equipe, incluindo os membros que não ensinam, encontra-se semanalmente para discutir e planejar, garantindo que o conhecimento detalhado de cada criança seja observado e compartilhado. Finalmente, a qualidade de vida e as dimensões afetivas e estéticas das pré-escolas vistas em Reggio Emilia surgem que é possível otimizar-se as vantagens dos relacionamento familiares e das exigências institucionais se uma comunidade está disposta e é capaz de apoiá-la financeiramente. (EDWARDS, 1999, p.53)

Estamos numa época onde as transformações são constantes na tentativa de reorganizar os processos de ensino e aprendizagem, através da educação à distância da flexibilidade curricular cabendo a nós estarmos atentos a ver a educação como sendo um direito de todos, através de inovações no sentido de avançar para uma educação que esteja mais próxima do aluno e que permita a possibilidade de concretização de um sociedade moderna na qual predomine os valores humanos, afetivos e éticos.

Faz-se necessário que haja por parte dos gestores o desenvolvimento de práticas pedagógicas que aprofundem o entendimento da educação mostrando aos educadores o lado gerencial da instituição e que este está atrelado à organização do ensino e aprendizagem. É necessário que haja o equilíbrio e a interação entre educadores e educandos para efetivação do sucesso das transformações necessárias no ambiente escolar.

Esses relacionamentos apresentam vários benefícios. O primeiro é que as crianças são engajadas em um trabalho excitante, que inclui, tomar decisões sobre o que representar, como coordenar esforços e resolver visões conflitantes dos vários colaboradores de um projeto, etc. Em segundo lugar, uma vez que a mente tanto dos professores quanto das crianças encontram-se em questões de real interesse para ambos, a mente dos professores também é engajada. Eles parecem mais interessados em fazer sugestões, em ouvir atentamente as idéias umas das outras e estão especialmente mais atentas ao risco de auxiliá-las exageradamente. (EDWARDS, 1999, p. 47)

A transparência da Escola de Reggio Emilia é notável através da formação dos grupos de conselheiros que surgiu a partir dos anos 70. A ideia principal é viabilizar a participação comunitária a fim de evitar a burocracia estimulando o espírito cooperativista entre pais e educadores, este modelo baseado na comunidade é denominado de Gestão Social, sendo concretizado através de comitês. Dois ou três representantes reúnem-se com o diretor administrativo juntamente com o Conselho Municipal de Educação a fim de representar a Comunidade Escolar.

As grandes famílias caracterizam-se pela responsabilidade dividida, pela intimidade, pela informalidade e pela participação. A grande família parece oferecer um modelo muito apropriado sobre o qual desenhar os programas para a educação na primeira infância. Embora este modelo também tenha, provavelmente, seus próprios problemas, sua adequação pode ser entendida quando comparada com o modelo corporativo industrial que serve como base para a educação nos Estados Unidos. (EDWARDS, 1999, p.50)

A parceria entre escola e família possibilita a comunicação possibilitando o acolhimento, o respeito a troca de saberes onde os pais passam a atuar de forma bastante significativa no processo educativo, trazendo ações benéficas aos estudantes.

Apesar de hoje os lares passarem por desestruturação, a família deve ainda assim participar dos processos desencadeados na escola. Precisamente na realidade de Fortaleza as escolas são como um depósito no qual a grande maioria dos pais jogam seus filhos comparecendo a esta somente no ato da matrícula. Cabe aos educadores refletirem na busca de soluções para este agravante problema, partindo do princípio de que a família é a primeira fonte de influência no comportamento, nas emoções e na ética. Como dará apoio e sustentação ao filho sendo esta desestruturada? Sabemos, pois que a base que dá suporte à vida nessas instituições é a tríade pais-alunos-educadores.

Concluimos que a desestrutura familiar está inviabilizando esta parceria cabendo à escola elaborar um trabalho junto a estas famílias que embora desestruturadas venham se aperceber de sua importância na educação dos seus filhos que essa desestruturação não deve ser o fator de impedimento da participação efetiva dos responsáveis e que esta representa um grande passo para a construção de uma escola para todos.

Através de projeto político pedagógico coletivo, superando as dificuldades. É válido citar o modelo Italiano de Reggio Emília onde pais e professores planejam juntos proporcionando a construção da Aprendizagem.

Não basta construir um projeto político sendo necessário também o seu devido monitoramento para que se possa atingir seus objetivos e metas, favorecendo uma educação eficaz.

É fundamental que aprendamos a preservar o interesse da coletividade sem levar em conta o interesse individual, e ao mesmo tempo ampliar o espaço da iniciativa individual levando sempre em conta o interesse coletivo. Portanto é de suma importância a busca pela solidez cultural, sendo est o fator que mais contribui para a integridade.

No Brasil nos deparamos com um contexto sócio – econômico – político apresentando uma forma agravada com características de país em desenvolvimento, com desigualdade de distribuição de renda e deficiências no sistema educacional.

Essas duas características estão interligadas, pois é quase impossível aumentar a renda média de adultos sem instrução, tampouco é possível educar plenamente crianças cujas famílias vivem à beira da miséria, pois essas inúmeras dificuldades interferem diretamente no processo educacional.

Diante desses empecilhos, devemos reconhecer o esforço que vem sendo feitos nas últimas décadas no sentido de universalizar a educação básica ampliando o acesso ao ensino superior.

Apesar de tudo isso, ainda há crianças, adolescentes, jovens e adultos que necessitam de uma educação inclusiva.

Além disso, ainda nos deparamos com o problema da qualidade. Segundo as pesquisas nacional e internacional o Brasil tem avançado muito lentamente.

A nível nacional o resultado do IDEB – indicador mostrou resultados que o ensino básico atingiu as metas estabelecidas para 2009 e até tem superado a de 2011.

A nível internacional o resultado de 2006 pelo PISA – programa internacional de avaliação de alunos, avaliando alunos com idade a partir de 15 anos que cursam o 7º ano do ensino fundamental ao 3º ano médio, os resultados não foram satisfatórios.

Se observarmos os resultados do IDEB de 2009, as regiões Nordeste e Norte são cotadas como sendo as piores enquanto que o Ceará se destaca como sendo o melhor índice da região Nordeste e Fortaleza mesmo tendo subido o seu índice, ainda ocupa um lugar de desvantagem em relação a outros municípios cearenses.

Diante desse quadro, é notável a necessidade de melhoria na qualidade da educação, para tanto seria necessário a introdução de algumas políticas públicas que se efetivem como: respeito ao número de alunos em sala, redução de carência de professores através de concurso público, tempo para planejamento e estudo, possibilitando aos educadores a oportunidade de se prepararem para a efetivação de um trabalho mais competente, propiciando a autonomia dos alunos, garantindo uma educação apta desenvolver as potencialidades do educando.

As dificuldades educacionais e sociais no Brasil refletem diretamente na realidade escolar, tendo como resultado um alto nível de repetência, alunos sem domínio do conhecimento necessário e sem a devida referência familiar, com alto índice de violência expressando ausência de valores humanos sociais e éticos.

A escola atual assume responsabilidades que fogem às suas diretrizes, as quais dificultam o seu desempenho. Contudo, a escola ainda é visto como sendo um espaço fundamental para a formação de sujeitos críticos e conscientes.

Com isso a escola deve objetivar a formação de cidadãos críticos capazes de discernir seus direitos e deveres com a efetiva participação de toda comunidade escolar nas decisões da escola, pois a escola só tem a ganhar quando insere a família, sendo que esta irá valorizar e reconhecer a escola estimulando seus filhos, tornando o ambiente propício à aprendizagem.

## CONCLUSÃO

Este trabalho oportunizou o conhecimento de um projeto levado a sério com resultados impressionantes, pois em sua condução destacamos uma forma especial de interação entre adultos e crianças.

Sabemos que quando se trata de um processo Educativo não há um modelo pronto para se aplicar em realidades diferentes. Contudo as diretrizes de Reggio Emilia podem servir para nortear o trabalho pedagógico das escolas públicas brasileiras. Entretanto é importante refletirmos acerca do nosso fazer pedagógico, partindo das seguintes indagações: como elaborarmos um projeto que estabeleça espaços – tempos, oportunizando a participação de adultos e crianças, pais e comunidade de forma ativa compartilhando experiências através da troca de saberes? Quais são os aspectos similares em nossa realidade inseridas na abordagem de Reggio Emilia? Partindo do princípio de que no Brasil bem como no município de Fortaleza os professores já iniciaram um trabalho cujo planejamento é baseado em um trabalho coletivo, que podemos tirar de proveito dessa abordagem para subsidiar o processo de aprendizagem de nossas escolas?

É necessário que o sistema municipal de Ensino trabalhe junto com os professores e família através de acompanhamento mais direto estimulando as ações que norteiam o trabalho pedagógico gerando reciprocidade, comunicação e interação. A partir daí desenvolvermos um trabalho onde os interessados passam a compartilhar o que está se passando no cotidiano escolar. Através da observação devemos fazer registros em vídeos a fim de analisarmos e documentarmos os trabalhos das crianças sendo estas vistas como um ser ativo no processo educativo e a partir de então trocarmos experiências com outras escolas para dar consistência à aprendizagem onde o direito da criança ocupa um lugar de destaque.

A nossa realidade escolar apresenta situações reais de participação. Entretanto precisamos ampliá-la no sentido de envolvermos as famílias nesse processo. Eis aí um desafio.

Cabe a instituição escolar idealizar um processo de participação de reconhecimento de papéis, respeitando as diferenças, devendo trabalhar numa

perspectiva de educação inclusiva, subsidiando esses educandos com ferramentas que superem suas dificuldades, desenvolvendo habilidades, valorizando sua auto – estima, conscientizando-os de suas habilidades e competências, através das quais, muito podem contribuir para o cotidiano escolar e social.

Somos conscientes dos problemas de ordem social e econômica que influencia diretamente na aprendizagem, entretanto, não podemos desconsiderar que ao concentrarmos esforços no processo de ensino iremos vencer muitos obstáculos fazendo a diferença.

Nesta perspectiva devemos procurar envolver pais na vida escolar de seus filhos com ações de rotinas como: tomadas de decisões e socialização de informações pertinentes à aprendizagem. Dentro desta visão, deparamo-nos com aspectos positivos e negativos. Com base nos aspectos negativos com falta de comprometimento de alguns pais com a aprendizagem e formação humana e social de seus filhos, sentimos a necessidade de realização de ações que envolvam a sensibilização e a conquista, a fim de melhorarmos esta relação e atingirmos um maior nível de envolvimento.

Todo esse processo de participação contribuirá significativamente na democratização da gestão possibilitando um fundamento escolar eficaz.



## REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição Federal de 1988. Brasília, Diário Oficial da União, 05/10/1988.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil / elaboração Luiz Fernandes Dourado... [et. al.]. –Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

FREIRE, Paulo **Educa e mudança** – tradução: Moacir Gadotti e Lillian Lopes – 30ª Ed. – Paz e Terra – São Paulo, 2007.

GADOTTI, Moacir **Pedagogia da Terra**. São Paulo : Editora Fundação Peirópolis, 2000.

JAGUARIBE, Hélio [et. Al.], **Sociedade Democrática** – Rio de Janeiro : J. Olympio, 1985.

PERONI, Vera **Política Educacional e papel do Estado : no Brasil dos anos 1990** – São Paulo : Xamã, 2003.

ROCHA, Eloisa Acires Candal **A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia** – Florianópolis : UFSC, Centro de Ciências da educação, Núcleo de Publicação, 1999.

SAVIANI, Dermeval **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política** – São Paulo : Cortez : Autores e Associados, 1983.

Edwards, C., L. Gandini & Forman, G. (Eds.) (1998). **As Cem Linguagens da Criança: Reggio. Emilia, Itália Reggio Emilia.**

FREINET, Celestin. **As técnicas Freinet da escola moderna.** Lisboa: Estampa, 1975.